

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 22/05/2023

(X) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 03

Conteúdo: Organização do Estado: Organização do Estado brasileiro. Federação brasileira. Bases teóricas do federalismo e evolução no Brasil. Repartição de competências estatais. União, estado-membro, município e Distrito Federal. Territórios federais. Intervenção federal e estadual. Base constitucional da administração pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR: CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO. A União dispõe de competência residual?

* RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- A) Sim. Em regra, as competências da União e as dos Municípios são expressas e as dos estados-membros, residuais, remanescentes ou reservadas. Excepcionalmente as competências dos estados-membros são indicadas expressamente e as da União, também excepcionalmente, de forma residual (valor: 3,5).
- B) O art. 154, inciso I, da Carta Magna confere à União competência residual em relação a matéria tributária, especificamente de impostos, uma vez que poderá instituir impostos residuais, não previstos na Constituição (valor: 3,5).

* Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 22/05/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO SORTEADO: 03

Conteúdo: Organização do Estado: Organização do Estado brasileiro. Federação brasileira. Bases teóricas do federalismo e evolução no Brasil. Repartição de competências estatais. União, estado-membro, município e Distrito Federal. Territórios federais. Intervenção federal e estadual. Base constitucional da administração pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR: CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

Os Estados-Membros podem editar normas gerais sobre as matérias que se inserem no âmbito da competência legislativa concorrente? EXPLIQUE.

* RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- A) Em regra não, porque compete à União editar normas gerais sobre as matérias da competência legislativa concorrente, por força do disposto no art. 24, § 1º, da Constituição Federal e os Estados-membros, normas específicas (valor: 3,5).
- B) No entanto, a inércia da União confere aos Estados-Membros competência legislativa plena, podendo, neste caso, editar normas gerais (competência legislativa plena), para atender as suas peculiaridades, conforme o art. 24, § 3º, da Constituição Federal. A superveniência da norma geral da União suspende a eficácia da estadual no que lhe for contrário (valor: 3,5).

* Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 23/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 02

Conteúdo: Direitos Fundamentais: Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos sociais. Direitos à nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Writs constitucionais e leis de regência. Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

PERGUNTA do EXAMINADOR: CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

Qual a alcance e os efeitos da decisão injuntiva, no termos da lei nº 13.300/2016, considerando as correntes existentes sobre o tema? Explique.

*** RESPOSTA PADRÃO:**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que (Lei nº 13.300/2016):

A) **Concretista intermediária** (Art. 8º *Reconhecido o estado de mora legislativa, será deferida a injunção para: I - determinar prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma regulamentadora; II - estabelecer as condições em que se dará o exercício dos direitos, das liberdades ou das prerrogativas reclamados ou, se for o caso, as condições em que poderá o interessado promover ação própria visando a exercê-los, caso não seja suprida a mora legislativa no prazo determinado*) [3,0] e **concretista direta em situações particulares** (Art. 8º, *Parágrafo único. Será dispensada a determinação a que se refere o inciso I do caput quando comprovado que o impetrado deixou de atender, em mandado de injunção anterior, ao prazo estabelecido para a edição da norma*) [1,0].

B) **Os efeitos serão, em regra, inter partes** (Art. 9º *A decisão terá eficácia subjetiva limitada às partes e produzirá efeitos até o advento da norma regulamentadora*) [1,0] ou, a depender do caso, **ultra partes ou erga omnes** (Art. 9º, § 1º *Poderá ser conferida eficácia ultra partes ou erga omnes à decisão, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do direito, da liberdade ou da prerrogativa objeto da impetração*). [1,0]

C) Por fim, é de considerar que transitada em julgado a decisão, seus efeitos poderão ser estendidos aos casos análogos por decisão monocrática do relator (Art. 9º, § 2º). [1,0]

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 23/05/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO SORTEADO: 05

Conteúdo: Teoria da Constituição: Constitucionalismo. Ciclos constitucionais. Constitucionalismo brasileiro: liberal, social e fraternal. Poder constituinte. Natureza, características, titularidade e exercício. Poder constituinte derivado (reformador, de revisão e decorrente). Limites do poder constituinte derivado. Recepção, repristinação e desconstitucionalização. Mutação constitucional. 3 Constituição. Conceito, concepções e classificação. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil

PERGUNTA do EXAMINADOR: CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

Qual a natureza do poder constituinte originário? Aponte a concepção dominante.

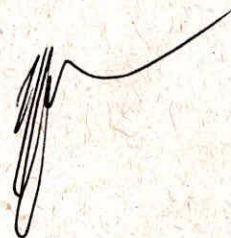
*** RESPOSTA PADRÃO:**

Existem duas correntes principais.

A primeira é a **concepção positivista**, segundo o qual o poder constituinte originário é essencialmente político porque não está subordinado ao direito anterior ou sujeito a limitações jurídicas, na medida em que é um fenômeno anterior ao direito posto (3,0). É a posição doutrinariamente dominante. (0,5)

A segunda é **concepção jusnaturalista**, segundo a qual o poder constituinte originário é um poder jurídico, pois estaria subordinado aos princípios do direito natural. Há doutrina, ainda, defendendo a tese de que o poder constituinte originário é um poder de Direito porque limitado pelos princípios internacionais de direitos humanos, pela dignidade da pessoa humana e pela ética (3,5)

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 24/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 03

Conteúdo: Organização do Estado: Organização do Estado brasileiro. Federação brasileira. Bases teóricas do federalismo e evolução no Brasil. Repartição de competências estatais. União, estado-membro, município e Distrito Federal. Territórios federais. Intervenção federal e estadual. Base constitucional da administração pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR: CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

Uma das hipóteses de intervenção federal prevista constitucionalmente é por violação, pelo Estado-membro, dos direitos da pessoa humana. Qual o procedimento que deve observado para a decretação da intervenção federal neste caso? Explique. A hipótese destacada se insere na modalidade de intervenção espontânea ou provocada? Explique, fazendo a distinção entre as duas hipóteses.

*** RESPOSTA PADRÃO:**

a) Diferença entre intervenção espontânea e provocada: ESPONTÂNEA: juízo discricionário do Presidente da República. PROVOCADA: depende de requerimento dos poderes estaduais (Legislativo e Executivo) eventualmente coactos ou impedidos, provocação do PGR ou de requisição do Poder Judiciário na forma da Constituição. [1,0]

b) Procedimento: PGR (ADI interventiva) [2,0], STF (requisição ao PR) [1,0], Decreto do Presidente da República (amplitude, prazo e condições da execução) [2,0], desnecessidade de submeter ao Congresso Nacional [1,0].

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 24/05/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO SORTEADO: 02

Conteúdo: Direitos Fundamentais: Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos sociais. Direitos à nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Writs constitucionais e leis de regência. Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

PERGUNTA do EXAMINADOR: CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

Qual a consequência jurídica, nos termos da CF, na hipótese de um brasileiro nato ou naturalizado adquirir outra nacionalidade? Poderá permanecer com dupla nacionalidade? Explique.

*** RESPOSTA PADRÃO:**

Em regra, a aquisição de outra nacionalidade leva à declaração de perda da nacionalidade brasileira [1,0]. A consequência mencionada, no entanto, não se aplicará em duas situações excepcionais:

Nos termos do Art. 12, § 4º, da CF, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que: II - adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos: a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira [3,0]; b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis [3,0];

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 25/05/2023

(X) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 2

Conteúdo: Direitos Fundamentais: Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos sociais. Direitos à nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Writs constitucionais e leis de regência. Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

PERGUNTA do EXAMINADOR: CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

No processo da Ação Popular, como atua o MP? Aponte todas as possibilidades definidas na lei de regência, especificando, na respectiva atuação, se dever ou faculdade.

*** RESPOSTA PADRÃO: (LEI Nº 4.717/65 – Lei da Ação Popular).**

A) [1,0] - **DEVER**. Art. 6º, § 4º. O **Ministério Público** acompanhará a ação, cabendo-lhe apressar a produção da prova e promover a responsabilidade, civil ou criminal, dos que nela incidirem, sendo-lhe vedado, em qualquer hipótese, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores.

B) [1,0] - **DEVER**. Art. 7º, § 1º. O representante do **Ministério Público** providenciará para que as requisições, a que se refere o inciso anterior, sejam atendidas dentro dos prazos fixados pelo juiz.

C) [2,0] - **FACULDADE**. Art. 9º. Se o autor desistir da ação ou der motiva à absolvição da instância, serão publicados editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, inciso II, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do **Ministério Público**, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.

D) [2,0] - **DEVER**. Art. 16. Caso decorridos 60 (sessenta) dias da publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução, o representante do **Ministério Público** a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave.

E) [1,0] - **FACULDADE**. Art. 19, § 2º. Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer cidadão e também o **Ministério Público**.

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO
DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MP/SE**

DISCIPLINA – Direito Constitucional

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DATA: 25/05/2023 () Manhã (x) Tarde

PONTO SORTEADO: 4

EXAMINADOR(A): SANDRO LUIZ DA COSTA

(em substituição ao Dr. Carlos Augusto

Alcântara Machado)

Conteúdo: PONTO 04 Organização do poder estatal. Tripartição das funções estatais. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. Ministério Público. Conceito. Objetivos institucionais. Regime jurídico. Estrutura organizacional. Princípios institucionais. Autonomia funcional, administrativa e financeira. Garantias e vedações. Funções institucionais. Conselho Nacional do Ministério Público. Lei nº 8.625/1993. Lei Complementar Estadual nº 02/1990. Organização do Ministério Público do Estado de Sergipe. Demais funções essenciais à Justiça. Advocacia pública. Advocacia. Defensoria Pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR: Promotor Natural

- a) – Em que consiste o princípio do Promotor Natural? (3,0)
- b) - Fundamento legal? (1,0)
- c) O Procurador-Geral de Justiça pode, à luz do princípio do Promotor Natural, designar membros do Ministério Público para atuar em um determinado inquérito civil? (1,5)
- d) O Procurador-Geral de Justiça pode avocar inquérito civil de atribuição de Promotor de Justiça, isto é, mesmo não sendo da atribuição originária da Chefia da Instituição? (1,5)

*** RESPOSTA PADRÃO**

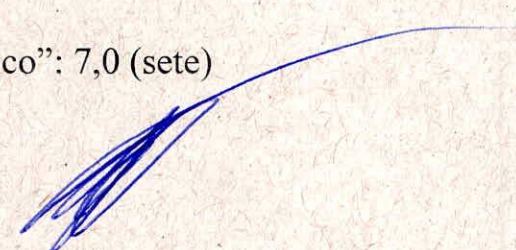
É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

A) Conceito: O princípio do Promotor Natural impõe que as atribuições dos membros do Ministério Público devem estar previamente fixadas em ato normativo, não podendo o Procurador-Geral de Justiça efetuar designações casuísticas para determinado processo judicial ou procedimento administrativo. (valor 3,0).



- B) **Fundamento legal:** art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal (ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente). (valor 1,0).
- C) **O Procurador-Geral de Justiça pode, à luz do princípio do Promotor Natural, designar membros do Ministério Público para atuar em um determinado inquérito civil?** Regra, não. No entanto, o art. 10, inciso IX, alínea “f”, da Lei 8.625/1993 admite tal designação para a continuidade dos serviços, em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular do cargo ou com a concordância deste. (valor: 1,5).
- D) **O Procurador-Geral de Justiça pode avocar inquérito civil de atribuição de Promotor de Justiça, isto é, mesmo não sendo da atribuição originária da Chefia da Instituição?** Regra, não (viola o princípio do promotor Natural). Porém, o STF admite tal avocação se houver concordância do Promotor Natural (ADI 2854). (valor: 1,5).

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 26/05/2023

(X) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 1

Conteúdo: Controle de Constitucionalidade: Controle de constitucionalidade. Teoria geral. Controle difuso. Controle concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade genérica, interventiva e supridora de omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Súmulas vinculantes. Controle de convencionalidade.

PERGUNTA do EXAMINADOR: CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

No sistema de controle concentrado de constitucionalidade, a ADPF foi instituída pela CF, sem definição específica de seu objeto. Posteriormente a Lei 9882/99 contemplou, expressamente, o objeto da ação, ampliando o campo de apreciação do STF. PERGUNTA-SE: 1ª parte) A ADI genérica e a ADPF se confundem, quanto ao objeto e pressupostos de ajuizamento? Há especificidades para a ajuizamento da ADPF? 2ª) Quais as inovações, no ponto, que a Lei Nº 9882/99 trouxe relativamente ao tema?

1ª parte: Especificidades de cabimento da ADPF – a) Violação de preceito fundamental [Princípios fundamentais (Título I da CF), direitos fundamentais (Título II), princípios constitucionais sensíveis e cláusulas pétreas)] – compreensão doutrinária e jurisdicional (1,5) e b) Cumprimento do Princípio da subsidiariedade (2,0) – total: (3,5)

Art. 4º § 1º Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.

2ª parte: Novidades da ADPF (total: 3,5):

Controle concentrado pelo STF de:

a) Atos não normativos; (1,5)

b) Atos normativos municipais; (1,0)

c) Atos normativos anteriores à CF. (1,0)

Art. 1º A arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal Federal, e terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Parágrafo único. Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental: I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição



** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 26/05/2023

() Manhã (X) Tarde.

PONTO SORTEADO: 3

Conteúdo: Organização do Estado: Organização do Estado brasileiro. Federação brasileira. Bases teóricas do federalismo e evolução no Brasil. Repartição de competências estatais. União, estado-membro, município e Distrito Federal. Territórios federais. Intervenção federal e estadual. Base constitucional da administração pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR: CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

As competências da União podem ser delegadas aos demais entes federados? Explique justificando, em caso negativo e especificando os respectivos requisitos, em caso positivo.

* RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o (a) candidato (a) explique que:

a) Competências materiais exclusivas, não [1,0].

b) Competências legislativas privativas, sim, observando os seguintes requisitos [1,0];

b.1) Requisito Formal: Lei complementar [2,0];

b.2) Requisito Material: A delegação somente poderá recair sobre pontos específicos das matérias elencadas no art. 22 da Constituição Federal [2,0];

b.3) Requisito implícito: A delegação deve ser estendida a todos os Estados-Membros, sendo vedado à União delegar sua competência legislativa a um ou alguns Estados da Federação, sob pena de violação do princípio da igualdade federativa prevista no art. 19, inciso III, da Constituição Federal [1,0].

(Parágrafo único, art. 22 - Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo)

* Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 29/05/2023

(X) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 3

Conteúdo: Organização do Estado: Organização do Estado brasileiro. Federação brasileira. Bases teóricas do federalismo e evolução no Brasil. Repartição de competências estatais. União, estado-membro, município e Distrito Federal. Territórios federais. Intervenção federal e estadual. Base constitucional da administração pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR: CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

Aponte os elementos tipificadores e mantenedores da federação brasileira.

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o (a) candidato (a) explique que:

1ª PARTE: ELEMENTOS TIPIFICADORES [3,5]:

- a) Descentralização política: repartição constitucional de competências legislativas [1,5];**
- b) Possibilidade de auto-constituição dos entes federados (autonomia) [1,0];**
- c) Participação da vontade do estado na formação da vontade da União (Senado) [1,0].**

2ª PARTE: ELEMENTOS MANTENEDORES [3,5]:

- a) Rigidez constitucional (cláusula pétrea) [1,5];**
- b) Intervenção federal [1,0];**
- d) Existência de órgão guardião da Constituição (STF) [1,0]**

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 29/05/2023

() Manhã (X) Tarde.

PONTO SORTEADO: 4

Conteúdo: Organização dos Poderes: Organização do poder estatal. Tripartição das funções estatais. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. Ministério Público. Conceito. Objetivos institucionais. Regime jurídico. Estrutura organizacional. Princípios institucionais. Autonomia funcional, administrativa e financeira. Garantias e vedações. Funções institucionais. Conselho Nacional do Ministério Público. Lei nº 8.625/1993. Lei Complementar Estadual nº 02/1990. Organização do Ministério Público do Estado de Sergipe. Demais funções essenciais à Justiça. Advocacia pública. Advocacia. Defensoria Pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR: CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

Caso o Presidente da República pretenda, sem a observância do processo legislativo ordinário, dar tratamento normativo infraconstitucional a uma determinada matéria ou deflagrar o processo legislativo, num prazo mais abreviado, como deverá proceder, considerando os procedimentos legislativos e as espécies normativas primárias previstas constitucionalmente? Justifique sua resposta.

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o (a) candidato (a) explique que:

1ª PARTE: Editar uma Medida Provisória, em caso de relevância e urgência, que terá validade máxima, em regra, de 120 dias (2,5), submetendo de imediato ao Congresso Nacional.

2ª PARTE: Solicitar ao Congresso Nacional autorização para expedir uma Lei Delegada, que deverá ocorrer na forma de Resolução (2,0).

3ª PARTE: Poderá encaminhar um projeto de lei, solicitando a observância do procedimento legislativo sumário (45 dias em cada casa + 10 dias de possíveis emendas: 100 dias) (2,5)

** Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)*



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 30/05/2023

(X) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 2

Conteúdo: Direitos Fundamentais: Direitos e garantias fundamentais. Direitos individuais e coletivos. Direitos sociais. Direitos à nacionalidade. Direitos políticos e partidos políticos. Writs constitucionais e leis de regência. Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

PERGUNTA do EXAMINADOR: CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO,

Quem disporá, no termos da lei de regência, de legitimidade ativa para o ajuizamento do Mandado de Injunção Coletivo? Explique, indicando as condições e o objeto da tutela, considerando os legitimados.

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o (a) candidato (a) explique que:

LEI Nº 13.300/2016

Art. 12. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:

I - pelo Ministério Público, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis (2,0);

II - por partido político com representação no Congresso Nacional, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária (1,0);

III - por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial (2,0);

IV - pela Defensoria Pública, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal (1,0).

Parágrafo único. Os direitos, as liberdades e as prerrogativas protegidos por mandado de injunção coletivo são os pertencentes, indistintamente, a uma coletividade indeterminada de pessoas ou determinada por grupo, classe ou categoria (1,0).

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*

**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO
DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MP/SE**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA I

DATA: 30/05/2023 () Manhã (X) Tarde

PONTO SORTEADO: 1

EXAMINADOR(A): SANDRO LUIZ DA COSTA

(subst. Dr. Carlos Augusto)

Conteúdo: PONTO 01 Controle de constitucionalidade. Teoria geral. Controle difuso. Controle concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade genérica, interventiva e supridora de omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Súmulas vinculantes. Controle de convencionalidade.

PERGUNTA do EXAMINADOR: Sobre Inconstitucionalidade responda

- a) **O que é inconstitucionalidade derivada, consequente, por atração ou por arrastamento? (3,0)**
- b) **Cabe controle concentrado de constitucionalidade de ato normativo municipal face à Constituição Federal? (2,0)**
- c) **Quais são os instrumentos jurídicos de exercício do controle concentrado de constitucionalidade? (2,0)**

*** RESPOSTA PADRÃO**

Sobre Inconstitucionalidade responda

- a) **O que é inconstitucionalidade derivada, consequente, por atração ou por arrastamento? (3,0)**

A declaração de inconstitucionalidade de um ato normativo acarreta, por arrastamento ou por consequência, a inconstitucionalidade (invalidade) das normas jurídicas com ela conexas ou interdependentes.

A inconstitucionalidade de uma norma jurídica contamina as outras normas jurídicas conexas ou interdependentes.

Ex: A inconstitucionalidade de uma lei acarreta, por arrastamento, a inconstitucionalidade do respectivo decreto regulamentar da lei declarada inconstitucional.

b) Cabe controle concentrado de constitucionalidade de ato normativo municipal face à Constituição Federal? (2,0)

Sim. Embora não possa ser impugnado em sede de ADIN, a constitucionalidade de lei municipal face à Carta Federal poderá ser suscitada em sede de ADPF.

c) Quais são os instrumentos jurídicos de exercício do controle concentrado de constitucionalidade? (2,0)

ADIN Genérica

ADIN por Omissão

ADIN Interventiva

ADC

ADPF.

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)

**SANDRO
LUIZ DA
COSTA:45
387737515**

Assinado digitalmente por SANDRO
LUIZ DA COSTA:45387737515
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SOLUTIV, CN=Luiz da Costa, OU=AC
09451647000165, OU=Presencial,
OU=Certificado PF AS, CN=
SANDRO LUIZ DA
COSTA:45387737515
Razão: Eu sou o autor deste
documento
Localizador:
Data: 2023.05.30 20:13:55-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.1.0

**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 31/05/2023

(X) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 5

Conteúdo: Teoria da Constituição: Constitucionalismo. Ciclos constitucionais. Constitucionalismo brasileiro: liberal, social e fraternal. Poder constituinte. Natureza, características, titularidade e exercício. Poder constituinte derivado (reformador, de revisão e decorrente). Limites do poder constituinte derivado. Recepção, repristinação e desconstitucionalização. Mutação constitucional. 3 Constituição. Conceito, concepções e classificação. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil

PERGUNTA do EXAMINADOR:

CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

Considerando a processo evolutivo do constitucionalismo no Brasil, quais os argumentos que poderia destacar justificadores do advento do assim chamado constitucionalismo fraternal? Justifique sua resposta, em particular na CF, abordando brevemente a evolução do constitucionalismo no Brasil.

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o (a) candidato (a) explique que:

- a) CONSTITUCIONALISMO LIBERAL, a partir de 1824 (Liberdade): direitos civis e políticos (total: 1,5)
- b) CONSTITUCIONALISMO SOCIAL, a partir de 1934 (Igualdade): direitos sociais, econômicos e culturais (total: 1,5)
- c) CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL (Fraternidade): DUDH (constitucionalização dos Direitos Humanos – espírito de fraternidade) [1,0]; PREÂMBULO (valores supremos de uma sociedade fraterna) [1,0]; FUNDAMENTOS (Dignidade da pessoa humana – art. 1º, III) [1,0] e OBJETIVOS FUNDAMENTAIS (art. 3º, I a IV): construir uma sociedade solidária, com destaque para promoção de direitos transindividuais, ações afirmativas, redução de desigualdades sociais e regionais, proteção de grupos vulneráveis, promoção do bem de todos, combate a qualquer tipo de discriminação ou preconceito [1,0] (total: 4,0)

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 31/05/2023

() Manhã (X) Tarde.

PONTO SORTEADO: 5

Conteúdo: Teoria da Constituição: Constitucionalismo. Ciclos constitucionais. Constitucionalismo brasileiro: liberal, social e fraternal. Poder constituinte. Natureza, características, titularidade e exercício. Poder constituinte derivado (reformador, de revisão e decorrente). Limites do poder constituinte derivado. Recepção, repristinação e desconstitucionalização. Mutação constitucional. 3. Constituição. Conceito, concepções e classificação. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil

PERGUNTA do EXAMINADOR:

CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

Conceitue, diferenciando, **RECEPÇÃO**, **DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO** e **REPRISTINAÇÃO**. Tais fenômenos constitucionais são acolhidos pelo Direito Constitucional brasileiro (CF 1988)? E a recepção material de norma constitucional, tem previsão? Explique.

* RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o (a) candidato (a) explique que:

a) **DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO:** Trata-se do fenômeno pelo qual as normas da Constituição anterior, desde que compatíveis com a nova ordem, permanecem em vigor, mas com o status de norma infraconstitucional (somente é acolhido por previsão expressa na Constituição) [2,0]

b) **REPRISTINAÇÃO:** É o fenômeno jurídico pelo qual uma lei volta a vigorar após a revogação da lei que a revogou. Como regra, o Brasil adotou a impossibilidade do fenômeno da repristinação, salvo se a nova ordem jurídica expressamente assim se pronunciar [2,0]

c) **RECEPÇÃO:** Todas as normas que forem incompatíveis com a nova Constituição serão revogadas, por ausência de recepção. É dizer: a norma infraconstitucional que não contrariar a nova ordem será recepcionada (fenômeno de acolhimento automático) [2,0]

A CF de 1988, expressamente, contemplou hipótese de **recepção material de norma constitucional** no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (art. 34 e § 1º – ADCT) no aspecto tributário [1,0]

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 01/06/2023

(X) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 1

Conteúdo: Controle de Constitucionalidade: Controle de constitucionalidade. Teoria geral. Controle difuso. Controle concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade genérica, interventiva e supridora de omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Súmulas vinculantes. Controle de convencionalidade.

PERGUNTA do EXAMINADOR:

CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

Nos termos da Lei nº 9.868/99, existem requisitos formais/procedimentais a serem observados pelo STF para a concessão de uma medida cautelar em ADI genérica? Qual o alcance da decisão e os respectivos efeitos? Explique.

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o (a) candidato (a) explique que:

1ª parte: (art. 10 e §§): (TOTAL: 3,0)

- a) Salvo em período de recesso, quorum de deliberação de maioria absoluta (6 ministros), com quorum de instalação de 8 ministros [2,0]
- b) Audiência prévia dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, salvo urgência [1,0]

2ª parte (art. 11 e §§): (TOTAL: 4,0)

- a) Suspensão do ato normativo até decisão final; [1,0]
- b) Efeitos erga omnes e vinculante [1,0]
- c) Ex nunc (passível de modulação, para conceder eficácia retroativa) [1,0]
- d) Efeito repristinatório, podendo não ser conferido por deliberação expressa [1,0]

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DATA 1º/06/2023

() Manhã (X) Tarde.

PONTO SORTEADO: 05

Conteúdo Constitucionalismo. Ciclos constitucionais. Constitucionalismo brasileiro: liberal, social e fraternal. Poder constituinte. Natureza, características, titularidade e exercício. Poder constituinte derivado (reformador, de revisão e decorrente). Limites do poder constituinte derivado. Recepção, repristinação e desconstitucionalização. Mutação constitucional. Constituição. Conceito, concepções e classificação. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

PERGUNTA do EXAMINADOR: JOSÉ LUCAS DA SILVA GOIS (em substituição ao Dr. Carlos Augusto Alcântara Machado)

- O voto obrigatório constitui cláusula pétrea?
- É possível a realização de uma nova revisão constitucional da Carta de 1988?
- O que é poder constituinte difuso?

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique :

- 1) Que o voto obrigatório **não** é cláusula pétrea , pois a Constituição Federal, no artigo 60, § 4º, somente contempla nesta condição o voto direito, secreto, universal e periódico . **(valor: 2,0)**
- 2) Que **não** é possível uma nova revisão constitucional da Carta de 1988. Houve, apenas, uma regra transitória prevendo tal possibilidade, mas que se exauriu após 5 anos da promulgação da Carta de 1988. **(valor: 2,5)**

*ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS
(...)*

Art. 3º. A revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em sessão unicameral.

- 3) Que **poder constituinte difuso** é o processo de alteração informal da Constituição através da mutação constitucional. Modifica-se o significado da norma sem alterar a literalidade do texto. **(valor: 2,5)**

Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 02/06/2023

(X) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 5

Conteúdo: Teoria da Constituição: Constitucionalismo. Ciclos constitucionais. Constitucionalismo brasileiro: liberal, social e fraternal. Poder constituinte. Natureza, características, titularidade e exercício. Poder constituinte derivado (reformador, de revisão e decorrente). Limites do poder constituinte derivado. Recepção, repristinação e desconstitucionalização. Mutação constitucional. 3 Constituição. Conceito, concepções e classificação. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil

PERGUNTA do EXAMINADOR:

CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

A doutrina e/ou a jurisprudência do STF reconhecem limites materiais implícitos ao Poder Constituinte Derivado Reformador? Explique.

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o (a) candidato (a) explique que:

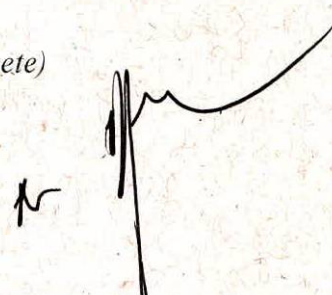
1ª parte (geral): (TOTAL: 5,0)

- a) Titularidade do poder constituinte originário e do reformador [2,0];**
- b) Imutabilidade do art. 60 da CF [2,0];**
- c) Impossibilidade de supressão dos fundamentos da República Federativa do Brasil [1,0];**

2ª parte (complementar): (TOTAL: 2,0)

- a) Intangibilidade não somente dos direitos fundamentais individuais, mas dos fundamentais indistintamente [1,0];**
- b) Forma e sistema de governo, em razão do plebiscito (ADCT) [1,0];**

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 02/06/2023

() Manhã (X) Tarde.

PONTO SORTEADO: 3

Conteúdo: Organização do Estado: Organização do Estado brasileiro. Federação brasileira. Bases teóricas do federalismo e evolução no Brasil. Repartição de competências estatais: União, estado-membro, município e Distrito Federal. Territórios federais. Intervenção federal e estadual. Base constitucional da administração pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR:

CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

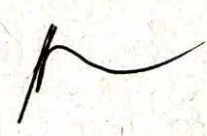
Com base em quais argumentos é possível reconhecer, relativamente à repartição constitucional de competências, que o Distrito Federal é, simultaneamente, em alguns aspectos MAIS do que os estados-membros e em outros MENOS do que os estados-membros? Justifique sua resposta na Constituição Federal.

* RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o (a) candidato (a) explique que:

- a) Além das competências estaduais o Distrito Federal disporá de competências municipais (mais do que os estados-membros – § 1º do art. 32 - CF) [2,0];
- b) Não pode ser dividido em municípios (menos do que os estados-membros – art. 32, *caput* - CF) [1,0];
- c) Parcialmente tutelado pela União: competência da União para organizar e manter o **Poder Judiciário** e o **Ministério Público do Distrito Federal**; organizar e manter a **polícia civil, a polícia penal, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal**, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio (menos do que os estados-membros – art. 21, XIII e XIV e 22, XVII - CF) [4,0].

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Constitucional

DIA 05/06/2023

(X) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 5

Conteúdo: Teoria da Constituição: Constitucionalismo. Ciclos constitucionais. Constitucionalismo brasileiro: liberal, social e fraternal. Poder constituinte. Natureza, características, titularidade e exercício. Poder constituinte derivado (reformador, de revisão e decorrente). Limites do poder constituinte derivado. Recepção, repristinação e desconstitucionalização. Mutação constitucional. 3 Constituição. Conceito, concepções e classificação. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil

PERGUNTA do EXAMINADOR:

CARLOS AUGUSTO ALCÂNTARA MACHADO.

Aponte, explicando, os clássicos sentidos/concepções de Constituição, atribuídos a Lassalle, Schmitt e Kelsen.

* RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o (a) candidato (a) explique que:

- a) FERDINAND LASSALLE: concepção no sentido sociológico (“Essência da Constituição”). Distinguir Constituição real ou efetiva (soma dos fatores reais do poder) de Constituição escrita (folha de papel). A segunda deve coincidir com a primeira sob pena de sucumbir [2,0];
- b) CARL SCHMITT: concepção no sentido político (“Teoria da Constituição”). Distinguir Constituição (sentido material) de Lei Constitucional (sentido formal). A primeira (verdadeira Constituição) é resultado das decisões políticas fundamentais, sem as quais não se organiza nem se funda um Estado. Compõem a Constituição tão somente as normas estruturantes do Estado [2,0];
- c) HANS Kelsen: concepção em sentido jurídico (“Teoria Pura do Direito”). A partir de tal concepção nasce a concepção de supremacia formal da Constituição, controle de constitucionalidade e rigidez constitucional. Define-se como Constituição o produto do Poder Constituinte Originário, fundamento de validade de toda a ordem jurídico-normativa. Destacar a Constituição entendida no sentido lógico-jurídico (a partir da Norma Hipotética Fundamental) e no sentido jurídico-positivo (fundamento de validade do ordenamento jurídico) [3,0];

* Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO
DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MP/SE

PROVA ORAL – DISCIPLINA: Direito Constitucional

DATA: 05/06/2024 () Manhã (x) Tarde

PONTO SORTEADO: 04

Conteúdo: Conteúdo: DIREITO CONSTITUCIONAL Organização do poder estatal. Tripartição das funções estatais. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Poder Judiciário. Conselho Nacional de Justiça. Ministério Público. Conceito. Objetivos institucionais. Regime jurídico. Estrutura organizacional. Princípios institucionais. Autonomia funcional, administrativa e financeira. Garantias e vedações. Funções institucionais. Conselho Nacional do Ministério Público. Lei nº 8.625/1993. Lei Complementar Estadual nº 02/1990. Organização do Ministério Público do Estado de Sergipe. Demais funções essenciais à Justiça. Advocacia pública. Advocacia. Defensoria Pública.

EXAMINADORA: Aldeleine Melhor Barbosa

FICHA INDIVIDUAL DE AVALIAÇÃO D(O) CANDIDATO(A):

Pergunta da Examinadora: Discorra sobre o poder regulamentar do Conselho Nacional do Ministério Público, abordando na resposta, necessariamente, os seguintes itens: previsão, natureza normativa de suas resoluções e limites.

Resposta padrão

E esperado que o(a) candidato(a) explique que:

a) **Previsão:** art. 130-A, §2º, I, da Constituição¹; **(1,00)**

b) **Natureza:** O poder regulamentar do CNMP não se confunde com o poder legiferante, que é exercido pelo Poder Legislativo, com representantes eleitos, sendo que não pode inovar no ordenamento jurídico (deve observar a CF ou lei já existente). A resolução editada pelo CNMP pode ser caracterizada como **ato normativo primário**², quando regulamenta diretamente dispositivo previsto na Constituição Federal, ou como **ato normativo derivado ou secundário**, quando regulamenta temas já disciplinados na legislação de regência, de modo a possibilitar sua efetiva aplicação aos casos concretos; **(3,00)**

1 Art. 130-A (...) § 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe: I - zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, PODENDO EXPEDIR ATOS REGULAMENTARES, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências

2 ADC 12, Relator(a): CARLOS BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 20/08/2008, DJe-237 DIVULG 17-12-2009 PUBLIC 18-12-2009 EMENT VOL-02387-01 PP-00001 RTJ VOL-00215-01 PP-00011 RT v. 99, n. 893, 2010, p. 133-149

c) **Limites:** a) existência de norma jurídica a ser regulamentada (na CF ou na legislação infraconstitucional); b) respeito à autonomia administrativa dos diversos Ministérios Públicos, consubstanciada nas respectivas Leis Orgânicas; e c) obediência à independência e à autonomia funcional dos membros do Ministério Público; **(3,00)**

DOMÍNIO DO CONHECIMENTO JURÍDICO:

NOTA DO CRITÉRIO: ____ (de 0,0 a 7,00)

ARTICULAÇÃO DO RACIOCÍNIO:

NOTA DO CRITÉRIO: ____ (de 0,0 a 1,00)

CAPACIDADE DE ARGUMENTAÇÃO:

NOTA DO CRITÉRIO: ____ (de 0,0 a 1,00)

USO CORRETO DO VERNÁCULO:

NOTA DO CRITÉRIO: ____ (de 0,0 a 1,00)

QUADRO DE PONTUAÇÃO:

QUESITO AVALIADO	NOTA
Domínio do conhecimento jurídico (de 0,00 a 7,0)	
Articulação do raciocínio (de 0,00 a 1,0)	
Capacidade de argumentação (de 0,00 a 1,0)	
Uso correto do vernáculo (de 0,00 a 1,0)	
TOTAL	